

# Estudo Técnico Preliminar 3/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.510462/2022-80

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Prestação Serviço de vigilância desarmada e sem dedicação exclusiva de mão de obra, através de rondas motorizadas, a serem realizadas na Gleba Juvevê em Curitiba - PR

2.2. Trata-se de um conjunto de imóveis não operacionais sob a administração e responsabilidade do INSS, vinculados à Gerência Executiva de Curitiba, em que ocorrem constantes invasões/reintegrações, furtos e ocorrências diversas.

2.3. O contrato atual nº 9/2017 (processo SEI nº 35183.000861/2016-53) encerra em 21.03.2023 e já encontra-se em prorrogação excepcional, conforme art. 57, § 4º da Lei 8.666/93.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerente Executivo de Curitiba	Roberto José da Silveira

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Requisitos Legais:

#### Leis Federais:

Lei nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

#### Decretos:

Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

#### **Instruções Normativas:**

Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, de 26/05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;

Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa ME nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito do Poder Executivo Federal;

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

#### **Requisitos Temporais**

O prazo para execução do futuro contrato será de 12 (doze) meses, prorrogado por igual período, limitado a 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do contrato. Em casos excepcionais o futuro contrato poderá ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, de acordo com o contido no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

#### **Requisitos de Segurança**

Os funcionários da contratada deverão adequar-se às regras de segurança, de circulação e de identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho.

#### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais contidos na instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis não contemplam itens específicos para os serviços a serem contratados, porém, mesmo não sendo objeto de utilização direta, a empresa deverá seguir os seguintes preceitos, no que couber:

- utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- observância da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/1994, quanto aos equipamentos energéticos que gerem ruído no seu funcionamento;
- fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços, de acordo com as orientações do INMETRO, em especial as Portarias n.º 229, de 17/08/2008, n.º 371, de 29/12/2009, n.º 388, de 24/07/2012, n.º 615, de 12/11/2012;
- realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 03/11/1995 e do Decreto nº 5.940, de 25/10/2006;
- utilização de aparelhos que possuam Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/1994 e da Portaria/INMETRO/ nº 388, de 06/08/2013, e legislação correlata.
- utilização de equipamentos elétricos detentor de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, enquadrado na classe de maior eficiência, nos termos das Portarias publicadas pelo INMETRO.
- providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos produtos originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme disposto nas leis dos respectivos Estados da futura contratação - Lei estadual nº 19.261/2017, do Paraná, Lei estadual nº 14.528/2014, do Rio Grande do Sul e Lei Estadual nº 13.557 /2005, de Santa Catarina, e legislação correlata os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;
- treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais: pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

- observar os termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, que veda a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal.

Além dos requisitos ambientais, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis também versa sobre a sustentabilidade multidimensional (bem-estar social, desenvolvimento econômico, preservação do meio ambiente, dimensão ética e jurídico-política). Sob os aspectos de bem estar social e desenvolvimento econômico a futura contratação terá os seguintes requisitos:

- Não será admitido trabalho do menor;
- Os trabalhadores deverão ser remunerados de forma justa, conforme CCT da categoria;

#### **Requisitos de projeto e de implementação**

Todos os equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações técnicas estabelecidas.

#### **Requisitos de experiência profissional**

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização, quando for o caso.

#### **Requisitos de segurança da informação**

Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Inicialmente foi realizado o levantamento em contratações similares de outros entes públicos, através dos sistemas do Portal de Compras do Governo Federal e a solução habitual encontrada para o serviço de vigilância motorizada é a contratação de postos de vigilância com cessão exclusiva de mão de obra. Essa solução é comumente usada pelos Institutos Federais ou Universidades Federais, como é o caso do PE 04/2022 do IFRJ, do PE 15/2022 da UTFPR e da FUERN.

5.2. A licitação do IFRJ teve seu objeto dos itens 7 e 8 (Ronda motorizada desarmada) adjudicados para o fornecedor PERSONA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº: 10.542.117/0001-50 pelo valor médio anual de R\$ 145.583,88.

5.3. Na licitação da UTFPR, os itens 1, 2, 3 e 4 foram para o serviço de vigilância com ronda motorizada armada diurno e noturno na escala de 12x36 nos Campus de Francisco Beltrão/PR e Dois Vizinhos/PR. Os itens foram adjudicados para a empresa LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ/CPF: 10.364.152/0003-99 no valor médio anual do posto diurno de R\$ 168.757,20 e R\$ 181.095,12 para o posto noturno. Já a licitação do FUERN teve seus itens cancelados na aceitação.

5.4. Ocorre que a situação dos imóveis da Gleba é atípica no serviço público. São imóveis não operacionais, em sua maioria com invasões e processos judiciais de retomada de posse.

5.5. Para os imóveis em questão, a contratação de postos de vigilância com dedicação exclusiva é totalmente inviável, pois a Administração não possui a estrutura mínima para abrigar o vigilantes (local adequado para a prestação do serviço, água potável e instalações sanitárias) além de ser muito onerosa.

5.6. Considerando que os valores das contratações encontradas no Portal de Compras do Governo Federal são mais que o dobro daquele que é atualmente pago pela Administração no contrato atual, visto que não guardam

total similaridade com a contratação pretendida, foi feita uma tentativa de levantamento de mercado diretamente com fornecedores. Foram enviados e-mails com solicitação de Proposta de Preços para todos os fornecedores do SICAF do município de Curitiba para a Linha de Fornecimento "Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica - Outras Necessidades, tendo sido obtidas apenas duas respostas, conforme tabela abaixo:

Empresa	Valor Global Ofertado
BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº. 03.229.363/0001-91	R\$ 272.424,06
INTERSEPT SEGURANÇA LTDA., CNPJ Nº: 08.282.615/0001-60	R\$ 270.000,00
MÉDIA ANUAL	R\$ 271.212,02
VALOR LIMITE MENSAL	R\$ 22.601,00

5.8. Da análise dos preços obtidos com os fornecedores (média anual de R\$ 271.212,02), optou-se pela exclusão desses preços por serem considerados excessivamente altos se comparados com o valor da contratação atual ( valor anual R\$ 52.999,92).

5.9. Após esgotadas as tentativas de buscas de contratações semelhantes no serviço público e descartado o levantamento feito diretamente com fornecedores, optou-se pela solução de quantificar o preço estimado da Contratação através de planilha feita em grandes blocos (dos custos da disponibilização da motocicleta e equipamentos, da manutenção e combustíveis e da mão de obra).

5.10. Por fim, esclarecemos que a contratação de vigilância a ser prestada sem dedicação exclusiva de mão de obra, através de ronda motorizada é atípica, mas não decorre de simples desejo da Administração. É a solução viável para os imóveis em questão e vem sendo adotada pelo INSS a pelo menos 6 anos de maneira satisfatória.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A prestação terá as seguintes características:

Vigilância desarmada motorizada para os imóveis da Gleba Juvevê no Município de Curitiba/PR relacionados abaixo:

QUADRA - ENDEREÇO

A - Rua dos Funcionários

B1 - Rua dos Funcionários

C - Rua Belem c/ Rua dos Funcionários

E - Rua Quintino Bocaiúva

F - Rua Cel. João Alencar Guimarães Filho

G - Rua dos Funcionários  
H - Rua Vitória / Rua dos Funcionários / Rua da Bandeira / Rua Quintino Bocaiuva  
I - Rua Abílio Peixoto / Rua Quintino Bocaiuva / Rua da Bandeira  
K1 - Rua Belém / Rua Ver. Garcia Rodrigues Velho  
L - Rua Belém / Rua Ver. Garcia Rodrigues Velho  
M - Rua Quintino Bocaiuva (projetada) / Rua São Luiz / Rua Vitória / Rua Ver. Garcia Rodrigues Velho  
N - Rua Quintino Bocaiuva / Rua Vitória / Rua Pedro Fabri  
P - Avenida Paraná  
Q - Rua Belém / Rua São Luiz / Rua Ver. Garcia Rodrigues Velho  
R - Rua Vitória / Rua Ver. Garcia R. Velho, Rua São Luiz, R. Ver. Antonio dos Reis Cavalheiro

O mapa para localização encontra-se no Anexo I do ETP.

- Sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- Vigilância realizada através de rondas motorizadas (motocicleta);
- Vigilante desarmado com formação e certificação específica;
- 3 rondas diárias que deverão cobrir todas as quadras objeto da contratação, a serem realizadas todos os dias da semana, no intervalo entre 9h30 e 18h30.
- A contratada deverá fornecer máquina fotográfica, com definição HD e sistema de posicionamento global (GPS), para uso do vigilante, devendo serem registradas nas fotos as coordenadas geográficas (latitude e longitude);
- A prestação dos serviços de vigilância através de ronda consiste no desempenho, pela empresa contratada, das atividades a seguir descritas:

1. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações das propriedades já reintegradas à posse do INSS, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;
2. Comunicar, ao INSS, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;
3. Colaborar com as Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências de ordem policial dentro da área da Administração onde os serviços serão prestados, facilitando de maneira possível, a atuação destas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
4. Caso tenha sido detectada tentativa de invasão ou outro fato que coloque em risco a posse da área pelo INSS, o vigilante responsável pela ronda deverá efetuar pelo menos dois registros fotográficos da ocorrência e comunicar imediatamente ao invasor sobre a propriedade da área;
5. Constatada a tentativa de invasão ou invasão propriamente dita, deverá, também, a contratada, acionar, de imediato, a autoridade policial competente;
6. Após as providências anteriores a contratada deverá proceder a comunicação do fato ao INSS, no prazo máximo de 2 (duas) horas. Deverá, também, ser feito relatório da ocorrência, o qual deverá ser entregue ao INSS, com as fotos digitais, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
7. Caso a invasão ou tentativa ocorra em final de semana ou feriados, a comunicação ao INSS deve dar-se na segunda-feira ou primeiro dia útil subsequente ao feriado, até as 10 horas.
8. Independentemente da ocorrência de invasões ou qualquer outra irregularidade, a empresa contratada deverá fazer relatório mensal das rondas realizadas.
9. Os relatórios devem ser enviados ao INSS mensalmente, junto à nota fiscal de faturamento.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos foram definidos com base na contratação atual, vigente desde 2017 que está atendendo satisfatoriamente a demanda existente por monitoramento e vigilância dos imóveis. Foi considerado as seguintes características e quantitativos:

a) Os serviços deverão ser prestados por vigilante capacitado, através de três rondas diárias com motocicleta a serem realizadas no intervalo entre 9h30 e 18h30 e não haverá dedicação exclusiva de mão de obra, de forma que o vigilante envolvido na prestação do serviço poderá ser livremente alocado pelo empregador em outras funções no período restante de sua jornada.

b) Cada ronda efetuada terá um percurso médio de 6 km, acrescido de uma margem de 10 km por ronda para o deslocamento do motociclista da base da empresa até a Gleba Juvevê, o que totaliza aproximadamente 1.440 Km/mês;

c) Para cada ronda foi considerado o tempo médio de 1h, acrescido de 30min por ronda para o deslocamento do motociclista da base da empresa até o local (Gleba Juvevê). Totalizando 4h30 por dia de disponibilização do serviço ao INSS.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor anual (R\$):** 65.569,80

8.1. O valor estimado foi apurado através elaboração de planilha de custos feita em grandes blocos (custos da disponibilização da motocicleta e equipamentos, da manutenção e combustíveis e da mão de obra).

8.2. A pesquisa de preços foi realizada no período de 07/02/2023 a 09/02/2023 pelos servidores que compõem a equipe de planejamento da contratação, os quais foram designados pela Portaria Conjunta 10 DVOFL/SRIII /INSS (9907667) e seguiu os parâmetros indicados na IN nº 73, de 5 de agosto de 2020.

8.3. De acordo com a IN acima citada, procedeu-se a estimativa dos preços da seguinte forma:

**8.3.1. Mão de obra :** foi adotado o valor estipulado pela Convenções Coletivas de Trabalho, registrada no MTE sob o nº Convenção Coletiva PR000324/2022, conforme detalhado abaixo:

- a) Salário Normativo: R\$ 2.070,00;
- b) Adicional de Periculosidade: R\$ 621,00
- c) Auxílio Alimentação: 39,50 dia;
- d) Assistência Médica e Familiar: R\$ 105,24;
- e) Seguro de Vida: R\$ 12,43.

### 8.3.2. Uniforme:

UNIFORME				
Descrição	Custo médio Unitário	Quantidade Fornecida por ano	Custo Anual por profissional	Custo Mensal por profissional
Camisa	R\$ 76,33	4	R\$ 305,32	R\$ 25,44
Calça	R\$ 67,91	2	R\$ 135,82	R\$ 11,32
Botina/coturno	R\$ 193,40	1	R\$ 193,40	R\$ 16,12
Cinto	R\$ 40,35	1	R\$ 40,35	R\$ 3,36
Jaqueta Microfibra	R\$ 159,91	1	R\$ 159,91	R\$ 13,33
Boné	R\$ 29,02	1	R\$ 29,02	R\$ 2,42
Capa de chuva				

motociclista	R\$ 206,86	1	R\$ 206,86	R\$ 17,24
Crachá	R\$ 7,42	1	R\$ 7,42	R\$ 0,62
CUSTO MENSAL				R\$ 89,85

**8.3.3. Motocicleta:** a sua disponibilização e de seus correspondentes insumos fixos e variáveis foram estimados com base em pesquisa de preços no mercado do ramo das atividades correspondentes, conforme descrito a seguir:

a) Disponibilização da motocicleta: foi adotado o valor de 1/12 avos da depreciação anual (20% cfe Anexo III da IN RFB nº 1.700, de 14/03/2017), obtido através da média dos preços pesquisados;

b) Licenciamento, Seguro Obrigatório e IPVA: foi considerado o valor de 1/12 avos do custo anual desses tributos;

c) Seguro: foi adotado o valor de 1/12 avos do custo anual com essa despesa, obtido através da média dos preços pesquisados;

d) Combustíveis: foram considerados os preços do litro de gasolina na bomba para a cidade de Curitiba conforme pesquisa de preços realizada no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Nacional e Biocombustíveis;

f) Manutenção/peças: foi adotado o valor de 3% do valor da motocicleta por revisão (a cada 5 mil km). Este valor também entra na conta dos custos variáveis, por quilômetro rodado, sendo pagos conforme média de km rodados no mês.

g) Demais equipamentos: foi adotado o valor de 1/12 avos da depreciação anual de 20%:

Descrição	Custo médio Unitário	Quantidade	Depreciação	Valor Mensal
Cassetete/Tonfa Fibra de Carbono	R\$ 42,39	1	20,00%	R\$ 0,71
Porta Tonfa/Cassetete	R\$ 19,43	1	20,00%	R\$ 0,32
Capacete motociclista	R\$ 316,35	1	20,00%	R\$ 5,27
Câmera Fotográfica Digital	R\$ 3.834,11	1	20,00%	R\$ 63,90
				R\$ 70,20

8.4. Aplicando-se todos os custos levantados e descritos acima, foi elaborada a Planilha Estimativa de Custos, correspondente ao Anexo IV - Planilha Estimativa de Custos, chegando-se a um valor mensal de R\$ 5.464,15 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos) e global/anual de R\$ 65.569,80 ( sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Trata-se de uma contratação única da Superintendência Regional Sul para o caso específicos dos imóveis a serem beneficiados. Não há outras contratações semelhantes e por esse motivo não há centralização de contratação.

9.2. Também não é possível parcelar o objeto, por tratar-se de um único serviço a ser contratado: vigilância motorizada por meio de ronda na gleba Juvevê em Curitiba - PR

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações interdependentes, porém há as seguintes contratações correlatas:

- Contrato Atual de Ronda motorizada nº 9/2017 (processo SEI nº 35183.000861/2016-53) encerra em 21.03.2023 e já encontra-se em prorrogação excepcional, conforme art. 57, § 4º da Lei 8.666/93.
- Processo 35014.024261/2019-69 - Ata de Registro de preços para colocação de Alambrado nos imóveis da Gleba;
- Processo 35014.377483/2021-04 - Contrato de capina, roçada e limpeza e remoção de entulho nos imóveis;
- Processo 35014.100292/2020-67 - Demolição e retirada de entulhos (em fase de autorizações internas).

10.2. O conjunto de contratações visa manter a segurança da área, além de coibir novas invasões.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2020-2023 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 2/CEGOV/INSS, de 31 de dezembro de 2019, atualizada pela Resolução Nº 7 /CEGOV/INSS, de 10 de junho de 2020. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

11.2. Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2023 (SEI 10149567).

## 12. Resultados Pretendidos

12.1. A contratação dos serviços objeto deste estudo se faz necessária para manter as condições de segurança dos imóveis pertencentes ao patrimônio do INSS, coibindo ação de vândalos e invasores e, caso ocorram, documentando as mesmas para as providências da Administração.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a pretensa contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão realizados, pois não haverá dedicação exclusiva de mão de obra.

13.2. O INSS nomeará servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Setorial e Fiscal Administrativo, nos termos da IN/SEGES/MP nº 05/2017, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessário à perfeita execução do objeto dos presente Estudo.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há impactos ambientais envolvidos na contratação. Requisitos Socioambientais foram tratados no item 4.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação pretendida é viável e está sendo praticada neste formato pelo menos nos últimos 6 anos. É de interesse público manter a segurança e evitar novas invasões nas áreas da Gleba Juvevê - Curitiba/PR.

## 16. Responsáveis

JULIANA DA SILVA

Técnica do Seguro Social

VIVIAN ZENKER

Analista do Seguro Social

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa\_de\_localizacao\_das\_Quadras.pdf (286.43 KB)

**Anexo I - Mapa\_de\_localizacao\_das\_Quadras.pdf**



## Gleba Juvê - Localização da